

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Brasileira

Vagner Pinheiro Conceição



AYA EDITORA

2024

**Sustentabilidade e
Responsabilidade
Socioambiental na
Administração Pública
Brasileira**

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Brasileira

Vagner Pinheiro Conceição



AYA EDITORA

2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita
Soares

Autor

Vagner Pinheiro Conceição

Capa

AYA Editora©

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu
Basquerote Silva

*Universidade para o Desenvolvimento
do Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
*Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da
Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de
Genaro Chiróli

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida
Souza dos Reis

*Universidade do Estado de Minas
Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira
Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos
Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da
Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
*Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Baiano, IF
Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues
de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca
Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes
Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do
Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva do autor. O autor detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente ao autor.

P654 Conceição, Vagner Pinheiro

Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na administração pública brasileira [recurso eletrônico]. / Vagner Pinheiro Conceição. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 45 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5379-601-0

DOI: 10.47573/aya.5379.1.307

1. Gestão ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Sustentabilidade. 4. Administração pública. I. Título

CDD: 363.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	10
DESENVOLVIMENTO	13
Políticas e Programas Governamentais para o Desenvolvimento Sustentável	13
Agenda 21 e A3P: Estratégias Fundamentais na Gestão Pública Ambiental Brasileira	20
Desafios e Oportunidades na Integração do Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Administração Pública Brasileira	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
SOBRE O AUTOR	39
ÍNDICE REMISSIVO	40

APRESENTAÇÃO

Num cenário global onde a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental ganham cada vez mais destaque nas agendas governamentais, a administração pública brasileira enfrenta a necessidade urgente de repensar suas práticas e políticas. O livro analisa profundamente as práticas atuais e os desafios enfrentados pela administração pública do país, destacando a importância de integrar princípios sustentáveis nas ações governamentais.

Por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, a obra contextualiza a relevância da sustentabilidade no setor público, identificando as principais políticas e práticas adotadas até o momento. Utilizando uma abordagem qualitativa e a análise crítica de conteúdo, o estudo examina a situação atual, revelando aspectos significativos que influenciam a implementação de iniciativas sustentáveis.

Os resultados evidenciam que, apesar de desafios substanciais — como a resistência à mudança de paradigmas tradicionais e a necessidade de investimentos em capacitação e infraestrutura — existem oportunidades promissoras. A economia de recursos naturais e financeiros surge não apenas como um benefício ambiental e econômico, mas também como uma forma de fortalecer a imagem do governo perante a sociedade.

Ao conectar os temas de sustentabilidade, respon-

sabilidade socioambiental e eficiência administrativa, a obra oferece uma visão integrada das possibilidades de transformação no setor público brasileiro. Demonstra que a implementação de práticas sustentáveis é essencial para o aprimoramento das políticas públicas e para o desenvolvimento de uma gestão pública mais responsável e eficaz.

Esta leitura é indispensável para gestores públicos, acadêmicos e todos os interessados em construir um futuro mais sustentável para o Brasil, proporcionando reflexões e orientações valiosas para a efetiva incorporação da sustentabilidade na administração pública.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é “Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na Administração Pública Brasileira”. A questão da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental tem ganhado relevância significativa no contexto da administração pública brasileira (Goulart; Pietrafesa, 2020). Este estudo se propõe a analisar os desafios e as práticas relacionadas a esse tema no âmbito governamental. O foco deste trabalho está na identificação das estratégias adotadas pelos órgãos públicos brasileiros para promover a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental em suas políticas, programas e ações.

A problemática que se apresenta pode ser constatada na afirmação de que, apesar do crescente reconhecimento da importância da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, a administração pública brasileira ainda enfrenta na efetiva implementação desses princípios em suas atividades (Maruyama; Issberner; Prado, 2021). Diante disso, a questão-problema que se arvora é: como a administração pública brasileira pode superar os desafios e promover efetivamente a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental em suas práticas e políticas?

Este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas e desafios da administração pública brasileira relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade

socioambiental, visando contribuir para o aprimoramento dessas políticas e ações. Já os objetivos específicos são: analisar as políticas e programas governamentais voltados para o desenvolvimento sustentável, considerando suas diferentes dimensões; investigar a implementação da Agenda 21 e da A3P como instrumentos de gestão pública ambiental, explorando suas linhas estratégicas estruturadoras; identificar os principais desafios e oportunidades na integração das dimensões do desenvolvimento sustentável e da gestão pública ambiental nas práticas administrativas brasileiras.

A sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental são fundamentais para garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país (Godoy; Moreira, 2021). Nesse contexto, compreender os desafios e as práticas da administração pública brasileira é essencial para promover ações mais eficazes e sustentáveis, sendo esta, pois, a justificativa para a elaboração deste estudo.

Este estudo utilizará uma metodologia baseada em revisão bibliográfica para contextualizar o tema e identificar as principais políticas e práticas adotadas. A abordagem qualitativa será empregada para analisar os dados coletados, buscando compreender os desafios e as oportunidades relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na administração pública. A análise crítica de conteúdo será utilizada para

interpretar e discutir os resultados obtidos, fornecendo contribuições para o aprimoramento das políticas e práticas governamentais.

DESENVOLVIMENTO

Políticas e Programas Governamentais para o Desenvolvimento Sustentável

O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passou por uma evolução ao longo do tempo, refletindo mudanças na compreensão e na abordagem das questões ambientais, econômicas e sociais. Antes dos anos 80, a noção de sustentabilidade estava mais restrita ao campo das ciências biológicas, especialmente no contexto da avaliação dos limites de reprodução das espécies em ecossistemas específicos. A concepção defendida era relativa à habilidade dos ambientes de acomodar atividades humanas sem comprometer suas funções naturais (Goulart; Pietrafesa, 2020).

No entanto, foi a partir dos anos 80 que a sustentabilidade ganhou destaque internacionalmente, especialmente com a publicação do “Relatório *Brundtland*” em 1987. Esse documento, intitulado “Nosso Futuro Comum”, apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Essa definição, amplamente divulgada e adotada, colocou o desenvolvimento sustentável no centro das discussões sobre os desafios globais (Goulart; Pietrafesa, 2020).

Segundo Bedin e Faria (2021), o conceito de desenvolvimento sustentável incorpora não apenas considerações ambientais, mas também aspectos econômicos e sociais. Ele representa um equilíbrio delicado entre o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental. Para os autores, ser sustentável significa utilizar os recursos naturais de forma responsável, garantindo sua disponibilidade para as gerações futuras.

Porém, conforme Guimarães *et al.* (2024), o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não é consensual: muitos, segundo os autores, o entendem como a interseção das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento, também conhecidas como “*Triple Bottom Line*” (TBL) (figura 1). Essa abordagem reconhece a interdependência dessas dimensões e a necessidade de promover o bem-estar humano de forma equitativa, sem comprometer os recursos naturais do planeta.

Figura 1 - Triple Bottom Line.



Fonte: Google Imagens, 2024.

Conforme Loviscek (2020), o conceito de TBL, introduzido por Elkington (1994), refere-se à abordagem que considera não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos ambientais e sociais de uma organização ou empreendimento. Essa abordagem é representada pelos três “P”s: *People* (Pessoas), *Planet* (Planeta) e *Profit* (Lucro), ou em português, PPL: Pessoas, Planeta e Lucro:

Econômico (*Profit*): Este aspecto se concentra na viabilidade financeira e na capacidade de gerar lucro. Ele reconhece a importância de criar empreendimentos que sejam atraentes para os investidores e que possam garantir sua sustentabilidade financeira a longo prazo;

Ambiental (*Planet*): Aqui, o objetivo é avaliar como as atividades e processos de uma organização interagem com o meio ambiente. Isso envolve a minimização dos impactos negativos, a conservação dos recursos naturais e a mitigação das emissões poluentes, visando não causar danos permanentes ao ecossistema;

Social (*People*): Esse aspecto se preocupa com o bem-estar das pessoas envolvidas com a organização, incluindo funcionários, comunidades locais, parceiros e outras partes interessadas. Isso implica em estabelecer práticas justas de trabalho, garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, respeitar os direitos humanos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade (Loviscek, 2020, p. e200017).

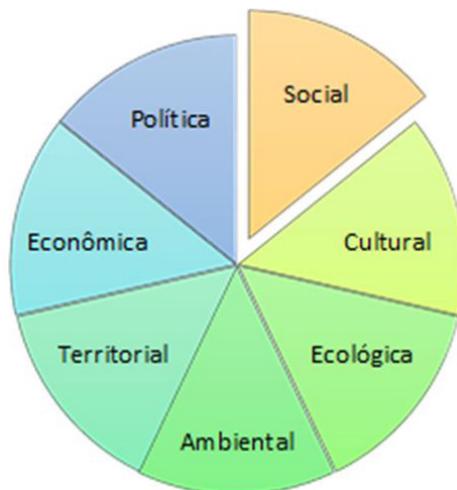
Assim, nota-se que o conceito de TBL aborda três aspectos essenciais para uma organização: Econômico (*Profit*), que se concentra na viabilidade financeira e na geração de lucro; Ambiental (*Planet*), que visa avaliar e minimizar os impactos das atividades da organização no meio ambiente; e Social (*People*), que se preocupa com o bem-estar das pessoas envolvidas, promovendo práticas justas e seguras. Esses três pilares são interconectados e essenciais para alcançar a sustentabilidade corporativa (Loviscek, 2020). A interseção entre esses pilares, conforme Bado e Vione (2022), resulta em práticas empresariais que são viáveis economicamente, justas socialmente e ambientalmente responsáveis. Portanto, de acordo com os autores, o alcance da sustentabilidade é visto como resultado da integração eficaz desses três aspectos, criando um equilíbrio entre considerações econômicas, ambientais e sociais.

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável representa uma abordagem holística para lidar com os desafios globais, buscando harmonizar o progresso econômico com a proteção ambiental e a justiça social. Ele continua a evoluir à medida que novas perspectivas

e abordagens são desenvolvidas para enfrentar os complexos problemas enfrentados pela humanidade no século XXI, tal como destacam Bedin e Faria (2021).

Alguns autores adotam uma visão ainda mais abrangente sobre o desenvolvimento sustentável, como destacado por Silva (2005) e Sachs (2009). Enquanto Silva (2005) amplia as dimensões incluindo aspectos espaciais e culturais além dos tradicionais aspectos sociais, econômicos e ambientais, Sachs (2009) vai além ao acrescentar dimensões como a cultural, ecológica, territorial e política, expandindo ainda mais a compreensão do conceito. A Figura 2 apresenta as dimensões do desenvolvimento sustentável de acordo com a perspectiva de Sachs (2009), enquanto o Quadro 1 detalha os critérios propostos por ele para cada uma dessas dimensões.

Figura 2 - Dimensões do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Sachs, 2009. (Adaptado)

Quadro 1 - Dimensões e critérios para o desenvolvimento sustentável.

Dimensão	Critérios para o desenvolvimento sustentável	
Social	1 - Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social 2 - Distribuição de renda justa 3 - Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente 4 - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais	
Cultural	1 - Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação 2 - Autonomia para um projeto nacional integrado e endógeno 3 - Autoconfiança combinada com abertura para o mundo	
Ecológica	1 - Preservação do capital natureza na sua produção de recursos renováveis 2 - Limitar o uso dos recursos não renováveis	
Ambiental	1 - Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais	
Territorial	1 - Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público) 2 - Melhoria do ambiente urbano 3 - Superação das disparidades inter-regionais 4 - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis	
Econômica	1 - Desenvolvimento econômico Inter setorial equilibrado 2 - Segurança alimentar 3 - Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção com razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica 4 - Inserção soberana na economia internacional	
Política	Nacional	1 - Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos 2 - Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores 3 - Nível razoável de coesão social

Dimensão	Critérios para o desenvolvimento sustentável	
	Internacional	1 - Eficácia do sistema de prevenção de guerra da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional 2 - Criação de um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco) 3 - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios 4 - Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade 5 - Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também propriedade da herança comum da humanidade

Fonte: Sachs, 2009. (Adaptado)

Assim, no contexto das políticas e programas governamentais para o desenvolvimento sustentável, é essencial adotar medidas que promovam a integração eficaz das dimensões social, econômica, ambiental, cultural, ecológica, territorial e política. Isso requer uma série de ações coordenadas por parte do setor público e da iniciativa privada, visando promover o equilíbrio entre o progresso econômico, a proteção ambiental e a justiça social (Bedin; Faria, 2021).

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, destacando a responsabilidade compartilhada

na proteção ambiental (Goulart; Pietrafesa, 2020). Deste modo, diante dos diversos impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais e da geração de resíduos, é fundamental a implementação de políticas que visem à adoção de um modelo prático de gestão tanto para o setor privado quanto para o público. Essas diretrizes são essenciais para orientar ações sustentáveis e promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental (Guimarães *et al.*, 2024).

Agenda 21 e A3P: Estratégias Fundamentais na Gestão Pública Ambiental Brasileira

A gestão ambiental no setor público é fundamental para promover a sustentabilidade e garantir a conservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações. Essa gestão envolve uma série de ações e políticas públicas ambientais que são implementadas por meio de diversos instrumentos de ação, diretrizes e objetivos, com o objetivo de produzir efeitos positivos sobre o meio ambiente (Goulart; Pietrafesa, 2020).

Um dos principais instrumentos utilizados nesse contexto é a Agenda 21, que surgiu a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Agenda 21 é um plano de ação global que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável em níveis local, nacional e global. Ela busca promover a integração

entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, além de incentivar a participação da sociedade civil na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente (Bedin; Faria, 2021).

Outro importante instrumento é a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que foi instituída no Brasil em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente. A A3P é uma iniciativa que visa promover a gestão ambiental nos órgãos e entidades públicas, incentivando a adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho e no desenvolvimento de políticas públicas. Por meio da A3P, os órgãos públicos são incentivados a adotar medidas como a redução do consumo de recursos naturais, a economia de energia, a gestão adequada de resíduos sólidos e líquidos, entre outras ações que contribuam para a preservação do meio ambiente (Maruyama; Issberner; Prado, 2021).

Sobre ambos os instrumentos, porém, se versará melhor nos subcapítulos seguintes.

Agenda 21

A crescente preocupação com os problemas ambientais e a conscientização sobre o legado que a atual geração deixará para as futuras foram temas centrais em encontros internacionais ao longo das últimas décadas. Esses eventos reuniram líderes globais, especialistas e representantes da sociedade civil, resultando na produção de documentos importantes que delinearam estratégias

para abordar os desafios ambientais globais (Bedin; Faria, 2021).

Um desses documentos significativos é o “Relatório Brundtland”, também conhecido como “O Nosso Futuro Comum”, que foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Bedin; Faria, 2021). Esse relatório enfatizou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Ele alertou para os riscos do desenvolvimento não sustentável e destacou a importância de proteger o meio ambiente enquanto se promove o crescimento econômico e o bem-estar social (Maruyama; Issberner; Prado, 2021).

Essas preocupações foram amplamente discutidas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Rio 92 ou Eco-92. Nesse evento histórico, líderes de todo o mundo se reuniram para discutir questões cruciais relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Foi nessa conferência que nasceu a Agenda 21, um plano abrangente de ação que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento sustentável em níveis local, nacional e global (Bado; Vione, 2022).

Agenda 21 Global

A Agenda 21 Global foi estruturada em quatro seções distintas, cada uma abordando aspectos fundamentais para o desenvolvimento sustentável: Dimensões social e econômica; Conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; e Meios de implementação. Isso evidencia que a Agenda 21 não se restringe apenas a preocupações ambientais, mas também abarca outros domínios que influenciam diretamente a utilização dos recursos naturais, como a promoção de emprego e renda, bem como a redução das disparidades sociais, entre outros. O objetivo é desenvolver novos modelos e ferramentas de gestão que promovam a sustentabilidade em toda a sociedade (Bedin; Faria, 2021).

Assim, além de enfatizar a preservação e conservação da natureza, a Agenda 21 Global também aborda uma série de questões estratégicas que refletem a complexidade dos desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pela humanidade (Maruyama; Issberner; Prado, 2021). Essas questões incluem a geração de emprego e renda, a mitigação das desigualdades regionais e interpessoais de renda, mudanças nos padrões de consumo e produção, construção sustentável de cidades e a incorporação de novos instrumentos e modelos de gestão (Bado; Vione, 2022).

Em relação à geração de emprego e renda, a Agenda

21 Global reconhece a importância de promover atividades econômicas sustentáveis que não apenas protejam o meio ambiente, mas também contribuam para a criação de empregos e o aumento da renda. Isso envolve o desenvolvimento de setores econômicos que sejam social e ambientalmente responsáveis, incentivando a inovação e o empreendedorismo (Braga; Guerra, 2022).

No que diz respeito à mitigação das desigualdades regionais e interpessoais de renda, a Agenda 21 Global reconhece que o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo e equitativo, garantindo que os benefícios econômicos e sociais sejam distribuídos de forma justa entre as diferentes regiões e grupos da sociedade (Bedin; Faria, 2021). Isso pode envolver políticas e programas que promovam o acesso igualitário à educação, saúde, emprego e recursos naturais (Braga; Guerra, 2022).

Além disso, a Agenda 21 Global destaca a necessidade de mudanças nos padrões de consumo e produção, visando reduzir o desperdício de recursos naturais, minimizar a poluição e promover estilos de vida mais sustentáveis. Isso requer uma transição para modelos de produção mais eficientes e sustentáveis, juntamente com uma mudança de mentalidade em relação ao consumo excessivo e à busca constante pelo crescimento econômico (Lucio *et al.*, 2022).

A construção sustentável de cidades é outro aspecto abordado pela Agenda 21 Global, reconhecendo que as áreas urbanas desempenham um papel crucial no

desenvolvimento sustentável (Afonso; Pacheco; Braga, 2023). Isso inclui o planejamento urbano integrado, o uso eficiente do espaço, o acesso a habitação adequada, transporte público eficiente e a preservação de áreas verdes e recursos hídricos (Gaspar *et al.*, 2023).

Por fim, a Agenda 21 Global destaca a importância de incorporar novos instrumentos e modelos de gestão que promovam a participação ativa da sociedade civil, do setor privado e do governo na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Isso pode envolver a implementação de políticas de incentivo, regulamentações ambientais mais rigorosas, parcerias público-privadas e o fortalecimento das capacidades institucionais para promover a sustentabilidade em todos os níveis (Silva; Barbosa; Iquiapaza, 2023).

Agenda 21 Brasileira

Movidos pela convicção de que a comunidade global é um reflexo das comunidades locais, os países participantes da Rio 92 deram início ao processo de adaptação e implementação dos princípios estabelecidos na Agenda 21 Global em suas próprias realidades. Esse movimento culminou na criação de agendas nacionais que refletiam os compromissos assumidos em nível internacional (Bedin; Faria, 2021).

No caso do Brasil, esse processo resultou na concepção da Agenda 21 Brasileira, que viu a luz em 2002. Este documento representou um marco importante ao

definir os compromissos do país com o desenvolvimento sustentável e ao estabelecer diretrizes específicas para ações concretas (Maruyama; Issberner; Prado, 2021). Uma das características proeminentes da Agenda 21 Brasileira foi a identificação e priorização de 21 ações consideradas cruciais para promover a sustentabilidade em território nacional (Bado; Vione, 2022), conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - 21 ações fundamentais para promoção da sustentabilidade em território nacional.

Dimensões	Linhas estratégicas
Geoambiental	1 - Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais.
	2 - Ordenamento territorial.
	3 - Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.
	4 - Manejo sustentável da biotecnologia.
Social	5 - Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza.
	6 - Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social.
	7 - Promoção da educação e cultura, para a sustentabilidade.
	8 - Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.
Econômica	9 - Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.
	10 - Inserção econômica competitiva.
	11 - Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana.
	12 - Dinâmica demográfica e sustentabilidade.

Dimensões	Linhas estratégicas
Político-institucional	13 - Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.
	14 - Descentralização para o desenvolvimento sustentável.
	15 - Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.
	16 - Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional.
	17 - Instrumentos de regulação.
Da informação e do conhecimento	18 - Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia.
	19 - Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.
	20 - Informação para a tomada de decisão.
	21 - Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.

Fonte: elaborado pelo Autor, 2024.

Através da Agenda 21 Brasileira, o Brasil se comprometeu não apenas a adotar políticas ambientais mais robustas, mas também a integrar princípios de sustentabilidade em todas as esferas da sociedade, desde o nível local até o nacional. Esse documento serviu como um guia abrangente para orientar as ações do país rumo a um futuro mais equitativo, próspero e ambientalmente responsável (Braga; Guerra, 2022).

A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu como uma resposta proativa à necessidade de promover práticas sustentáveis dentro do próprio governo (Bedin; Faria, 2021). Foi no contexto do Ministério do

Meio Ambiente (MMA), em meados de 1999, que essa iniciativa tomou forma, impulsionada pela preocupação e comprometimento dos próprios servidores do ministério (Bado; Vione, 2022).

Com o intuito de transformar as atividades do MMA em um modelo de sustentabilidade, os servidores abraçaram a ideia de iniciar um movimento que não se limitasse apenas às paredes do órgão, mas que pudesse influenciar toda a administração pública do país (Bado; Vione, 2022). Esse espírito voluntário e engajado foi essencial para o desenvolvimento e consolidação da A3P como um programa institucional do MMA (Braga; Guerra, 2022).

A formalização da A3P veio com a regulamentação por meio da Portaria 510, emitida em 2002 pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (Lucio *et al.*, 2022). Esse marco legal conferiu à iniciativa um respaldo oficial e estabeleceu as bases para sua implementação em âmbito nacional, tendo sido concebida com o propósito de integrar as entidades governamentais no âmbito da gestão ambiental e sustentabilidade, como parte do esforço para cumprir o princípio da eficiência estabelecido pela Constituição Federal de 1988, um compromisso reconhecido internacionalmente pela UNESCO (Braga; Guerra, 2022). Seus seis eixos temáticos abrangem áreas essenciais como o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a gestão apropriada dos resíduos sólidos, a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho,

a conscientização e capacitação dos servidores, a adoção de práticas de compras públicas sustentáveis e a promoção de construções sustentáveis. Esses eixos são fundamentados na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que tenham impactos socioambientais significativos (Afonso; Pacheco; Braga, 2023).

As diretrizes da A3P ressaltam que as demandas emanadas das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) têm resultado em um consumo excessivo de recursos naturais, levando o governo federal a desempenhar um papel estratégico na introdução de novos padrões de produção e consumo orientados para a sustentabilidade (Braga; Guerra, 2022). Essa abordagem é fundamental para mitigar os impactos negativos das atividades governamentais no meio ambiente e promover práticas mais responsáveis em todas as instâncias da administração pública (Gaspar *et al.*, 2023).

Insta ressaltar, ainda, que a A3P não se limitou apenas a conceitos teóricos, mas buscou efetivamente integrar práticas sustentáveis em todas as esferas da administração pública (Braga; Guerra, 2022). Desde a gestão de resíduos até o uso eficiente de recursos naturais, passando pela promoção da mobilidade sustentável e pela adoção de critérios ambientais nas compras governamentais, a A3P se tornou uma referência de comprometimento com a sustentabilidade (Silva; Barbosa; Iquiapaza, 2023).

Neste sentido, para Guimarães *et al.* (2024), a criação da A3P foi, pois, uma resposta direta aos princípios fundamentais estabelecidos pela Agenda 21 Global, pela Declaração do Rio 92 e pela Declaração de Johannesburgo. Esses documentos ressaltam a responsabilidade compartilhada de todos, especialmente das instituições governamentais, na gestão sustentável do nosso ambiente. Ao seguir os preceitos dessas diretrizes internacionais, a A3P busca promover a adoção de novos padrões de sustentabilidade em todos os níveis da administração pública. O princípio oito da Declaração do Rio 92, por exemplo, destaca a importância de integrar considerações ambientais e de desenvolvimento sustentável em todas as políticas, planejamento e tomada de decisões.

É assim que, conforme Santos, Carvalho e Lima (2024), este instrumento surge como uma iniciativa estratégica para alinhar as práticas administrativas do setor público com os objetivos de sustentabilidade delineados nessas declarações internacionais. Essa agenda propõe políticas públicas e estratégias que visam estabelecer novos referenciais de produção e consumo, fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Ao incentivar a implementação de medidas sustentáveis em órgãos e entidades públicas, a A3P busca não apenas reduzir o impacto ambiental das atividades governamentais, mas também servir como exemplo e catalisador para a adoção de práticas sustentáveis na

sociedade como um todo (Bado; Vione, 2022). Dessa forma, reforça-se a importância do compromisso coletivo em promover a preservação ambiental e a busca por um desenvolvimento que atenda às necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações (Santos; Carvalho; Lima, 2024).

O quadro-resumo disposto no Quadro 3 apresenta um comparativo entre a Agenda 21 e a A3P:

Quadro 3 - Comparativo Agenda 21 x A3P.

Aspecto	Agenda 21	A3P
Definição	Plano de ação global para o desenvolvimento sustentável	Iniciativa nacional para promover práticas sustentáveis na administração pública
Objetivo principal	Promover o desenvolvimento sustentável em níveis local, nacional e global	Integrar práticas sustentáveis em todos os níveis da administração pública
Origem	Surgiu a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92)	Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (1999)
Enfoque	Integração entre desenvolvimento econômico, social e ambiental	Adoção de práticas sustentáveis em todas as esferas da administração pública
Instrumentos	Diretrizes globais para o desenvolvimento sustentável	Diretrizes para práticas sustentáveis no ambiente de trabalho e nas políticas públicas
Implementação	Local, nacional e global	No âmbito da administração pública brasileira
Temas principais	Dimensões social, econômica, ambiental e de implementação	Uso racional dos recursos naturais, gestão de resíduos, compras públicas sustentáveis, entre outros
Impacto	Promove a integração entre desenvolvimento econômico, social e ambiental	Reduz o impacto ambiental das atividades governamentais e serve como exemplo para a sociedade

Aspecto	Agenda 21	A3P
Diretrizes específicas	Define 21 ações cruciais para promover a sustentabilidade em território nacional	Estabelece seis eixos temáticos para integrar práticas sustentáveis na administração pública
Compromisso	Adoção de políticas ambientais robustas e integração de princípios de sustentabilidade em todas as esferas da sociedade	Transformação das atividades governamentais em um modelo de sustentabilidade e influência em toda a administração pública
Princípios fundamentais	Responsabilidade compartilhada na gestão sustentável do ambiente	Integração de considerações ambientais e de desenvolvimento sustentável em todas as políticas e tomadas de decisão

Fonte: elaborado pelo Autor, 2024.

Desafios e Oportunidades na Integração do Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Administração Pública Brasileira

A integração do desenvolvimento sustentável e da gestão ambiental na administração pública brasileira enfrenta uma série de desafios, mas também oferece oportunidades significativas para avanços em direção a práticas mais sustentáveis e responsáveis (Bedin; Faria, 2021).

Um dos principais desafios é a resistência à mudança de paradigma, tanto por parte dos servidores públicos quanto da sociedade em geral. Muitas vezes, a implementação de práticas sustentáveis requer uma reestruturação profunda dos processos e procedimentos

existentes, o que pode encontrar resistência devido à inércia organizacional e à falta de compreensão sobre os benefícios a longo prazo da sustentabilidade (Maruyama; Issberner; Prado, 2021).

Além disso, a integração do desenvolvimento sustentável na administração pública requer investimentos significativos em capacitação, infraestrutura e tecnologia. Nem todos os órgãos públicos têm os recursos necessários para adotar práticas sustentáveis de forma eficaz, o que pode limitar sua capacidade de implementar mudanças significativas (Bado; Vione, 2022).

Outro desafio é a necessidade de coordenação e cooperação entre os diferentes níveis de governo e entre os diferentes setores da administração pública (Braga; Guerra, 2022). A integração bem-sucedida do desenvolvimento sustentável exige uma abordagem integrada e holística, que muitas vezes esbarra em questões de competência e jurisdição entre os diversos órgãos e esferas de governo (Lucio *et al.*, 2022).

No entanto, apesar desses desafios, a integração do desenvolvimento sustentável na administração pública brasileira também oferece oportunidades significativas. A adoção de práticas sustentáveis pode resultar em economia de recursos naturais e financeiros, melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos, aumento da eficiência operacional e redução do impacto ambiental das atividades governamentais (Maruyama; Issberner; Prado, 2021). Adicionalmente, segundo Afonso, Pacheco

e Braga (2023), a integração do desenvolvimento sustentável na administração pública pode fortalecer a imagem e a legitimidade do governo perante a sociedade, demonstrando um compromisso real com a promoção do bem-estar social, econômico e ambiental. Isso pode aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e fortalecer a democracia participativa (Guimarães *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão buscou analisar as práticas e os desafios da administração pública brasileira no contexto da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, com o objetivo geral de contribuir para o aprimoramento dessas políticas e ações. Para tanto, foram delineados objetivos específicos que direcionaram a investigação para a análise das políticas e programas governamentais voltados ao desenvolvimento sustentável, a implementação da Agenda 21 e da A3P como instrumentos de gestão pública ambiental, e a identificação dos principais desafios e oportunidades na integração das dimensões do desenvolvimento sustentável e da gestão pública ambiental nas práticas administrativas brasileiras.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que a administração pública brasileira enfrenta desafios significativos na efetiva implementação de práticas sustentáveis, tais como a resistência à mudança de paradigma, a necessidade de investimentos em capacitação e infraestrutura, e a demanda por coordenação e cooperação entre os diversos níveis de governo e setores da administração pública. No entanto, também foram identificadas oportunidades promissoras, como a possibilidade de economia de recursos naturais e financeiros, melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos, e fortalecimento da imagem e legitimidade do governo perante a sociedade.

A análise das estratégias adotadas, como a Agenda 21 e a A3P, evidenciou a importância desses instrumentos na promoção da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na administração pública brasileira. A Agenda 21, ao estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável em níveis local, nacional e global, e a A3P, ao promover práticas sustentáveis no ambiente de trabalho e no desenvolvimento de políticas públicas, surgiram como respostas estratégicas aos desafios ambientais e sociais enfrentados pela sociedade.

Diante do exposto, é possível concluir que os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram atingidos ao analisar as práticas e desafios da administração pública brasileira relacionados à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Para estudos futuros, sugere-se aprofundar a análise dos impactos das políticas e programas governamentais na promoção da sustentabilidade, bem como investigar estratégias para superar os desafios identificados, visando contribuir ainda mais para o aprimoramento das políticas públicas nessa área.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Davisson Lucas; PACHECO, Isis Bruna; BRAGA, Iluska Lobo. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3p) aliada à gestão do conhecimento: caso prático da Ecoliga-RO**. Revista Gestão Organizacional (RGO), v. 16, n. 3, 2023.

BADO, Sandra Regina de Lima; VIONE, Cristiane Ivete Bugs. **Triple Botton Line: pilares da sustentabilidade empresarial Triple Botton Line: pillars of corporate sustainability**. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 3, p. 17507-17513, 2022.

BEDIN, Érika Pena; FARIA, Luiz Carlos de. **Integração entre as dimensões da sustentabilidade e a atividade-fim das IES brasileiras**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 16, n. 6, p. 83-103, 2021.

BRAGA, Fernanda Figueira Tonetto; GUERRA, Sidney. **A responsabilidade socioambiental nas práticas da administração pública**. Revista Direito em Debate, v. 31, n. 58, p. e11966-e11966, 2022.

GASPAR, Ana Dulce da Silveira; *et al.* **Sustentabilidade em obras públicas: conceituação, teoria e prática na UFRPE**. GeSec: Revista de Gestão e Secretariado, v. 14, n. 7, 2023.

GODOY, Sandro Marcos; MOREIRA, Rogério de Meneses Fialho. **A responsabilidade socioambiental dos órgãos públicos-um olhar sobre a Justiça Federal da 5ª Região**. Direito e Desenvolvimento, v. 12, n. 2, p. 150-168, 2021.

GOULART, Lúcia Christina Rondon; PIETRAFESA, Pedro Araújo. **Ações ambientais positivas e a integração de informações sustentáveis implementadas na administração pública federal**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 7, n. 15, p. 283-298, 2020.

GUIMARAES, Marcelo Macedo; *et al.* **Práticas de gestão ambiental na administração pública brasileira.** Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 1, n. 1, p. 132-146, 2024.

LOVISCEK, Vittoria. **Triple Bottom Line em direção a um quadro holístico para a sustentabilidade: uma revisão sistemática.** Revista de Administração Contemporânea, v. 25, p. e200017, 2020.

LUCIO, Marcio Aparecido; *et al.* **Aderência dos Institutos Federais de Educação à Agenda Ambiental na Administração Pública.** ABCustos, v. 17, n. 3, p. 240-265, 2022.

MARUYAMA, Úrsula; ISSBERNER, Liz-Rejane; PRADO, Patrícia. **Cultivando as Sementes da Educação para Sustentabilidade: Regime de Informação na IES Pública Brasileira.** Administração: Ensino e Pesquisa, v. 22, n. 2, 2021.

SANTOS, Carlos Antonio dos; CARVALHO, Alba Valéria Gomes de; LIMA, Mariana Almeida Ferreira. **Responsabilidade social na administração pública do estado de Pernambuco: um estudo da Universidade de Pernambuco.** International Journal Education and Teaching (PDVL) ISSN 2595-2498, v. 7, n. 1, p. 32-49, 2024.

ILVA, Susy Naiara Alves da; BARBOSA, Francisco Vidal; IQUIAPAZA, Robert Aldo. **Influência da estrutura de propriedade e do desempenho financeiro na responsabilidade socioambiental de companhias abertas brasileiras.** Revista Gestão & Tecnologia, v. 23, n. 4, p. 26-50, 2023.

SOBRE O AUTOR

Vagner Pinheiro Conceição

Graduado em Ciências Sociais Aplicadas (Direito) pela Faculdade Paraense de Ensino em 2017; graduando em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais (Tecnologia em Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais) pela Universidade da Amazônia; pós-graduado em Direito Civil e Direito Material pela Faculdade de Belém em parceria com o Instituto Jamil Sales; pós-graduado em Direitos Humanos e Diversidade Socioeconômica pela Faculdade Ibra de Minas Gerais; pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Legale Educacional; pós-graduado em Direito Privado pela Faculdade Legale Educacional; pós-graduado na área de Advocacia Contenciosa Cível pela Faculdade Legale Educacional. Jurista, concentrando-se atualmente em análises e estudos de consultorias legais de Direito Previdenciário.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ações 10, 11, 19, 20, 21, 26, 27, 32, 35
adequada 21, 25
administração 10, 11, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38
administrativas 11, 30, 35
ambientais 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 30, 32, 36, 37
ambiental 11, 14, 16, 19, 20, 21, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38
ambiente 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36
âmbito 10, 28, 31
aprimoramento 11, 12, 35, 36

B

brasileira 10, 11, 31, 32, 33, 35, 36, 38
brasileiras 11, 35, 37, 38

C

conscientização 21, 27, 29
conservação 15, 20, 23, 26
crescimento 14, 22, 24

D

desafios 10, 11, 13, 16, 22, 23, 32, 33, 35, 36
desenvolvimento 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

E

economia 18, 21, 33, 35

econômico 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 31, 34
eficiente 25, 29
entidades 21, 28, 30
equilíbrio 14, 16, 19, 20
estratégias 10, 21, 30, 36

F

futuras 11, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 31

G

gerações 11, 13, 14, 19, 20, 22, 31
gestão 11, 19, 20, 21, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 37, 38
governamentais 11, 12, 19, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36
governamental 10
governo 25, 27, 29, 33, 34, 35

I

impacto 30, 31, 33
impactos 15, 16, 20, 29, 36

M

meio 15, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29

N

naturais 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 35
natureza 18, 23

O

órgãos 10, 21, 30, 33, 37

P

poder 19
políticas 10, 11, 12, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 35, 36
práticas 10, 11, 12, 16, 21, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37
preocupação 21, 28
preservação 14, 21, 23, 25, 31
problemas 17, 21
programas 10, 11, 19, 24, 35, 36
progresso 16, 19
proteção 16, 19, 20, 26
pública 10, 11, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38
públicas 20, 21, 29, 30, 31, 34, 36, 37
público 18, 19, 20, 25, 30
públicos 10, 21, 28, 32, 33, 35, 37

Q

qualidade 18, 28, 33, 35
questões 13, 22, 23, 33

R

recursos 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 33, 35
responsabilidade 10, 11, 19, 30, 35, 36, 37, 38

S

setor 19, 20, 25, 30
sociedade 16, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 35, 36
socioambientais 29
socioambiental 10, 11, 35, 36, 37, 38
sustentabilidade 10, 11, 13, 15, 16, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38
sustentáveis 11, 20, 21, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37
sustentável 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29,

30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

U

uso 18, 25, 28, 29

V

vida 18, 24, 28, 33, 35



AYA EDITORA
2024